

ESPÉCIES FLORESTAIS NATIVAS DA REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL COM POTENCIAL PARA RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES POR MEIO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS

M.C.Brum; C.C.Miranda; M.F.V. Júnior

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro-Campus Pinheiral Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade. Rua José Breves n° 550, Centro, Cep: 27197000. Pinheiral, RJ. E-mail: marianabrum.1994@outlook.com

INTRODUÇÃO

Na região do Médio Paraíba do Sul (RMPS), o desmatamento, aliado ao o cultivo agrícola - sem nenhum critério conservacionista - e as condições do relevo predominante, seguido do processo de urbanização e industrialização, desencadearam intensos processos erosivos, que ainda hoje condicionam a perda de solos, assim como poluição e assoreamento dos corpos hídricos. Esses são fatores impactantes históricos de devastação das matas ciliares, que atualmente estão escassas ou inexistentes na maioria das propriedades rurais. Considerando que estas matas desempenham diversas funções ecossistêmicas, a recuperação é uma demanda que se faz necessária. Além disso, essa recuperação é prevista pelo Novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012). No entanto, a adequação ambiental das propriedades rurais é um desafio, visto que, em muitos casos, a localização dessas áreas coincide com a área produtiva. Isso demonstra a necessidade de estratégias de recuperação capazes de conciliar a questão ambiental e a socioeconômica. Nesse sentido, os sistemas agroflorestais (SAFs) são importantes, pois associam espécies arbóreas a cultivos agrícolas e/ou animais.

OBJETIVO

Levantar as espécies florestais arbóreas, nativas da região do Médio Paraíba do Sul, com potencial para recuperação de áreas de mata ciliar, por meio de Sistemas Agroflorestais.

MATERIAIS E MÉTODOS

A área de estudo deste trabalho compreende no estado do Rio de Janeiro a RMPS composta por treze municípios: Barra do Pirai, Barra Mansa, Itaitiaia, Porto Real, Pinheiral, Pirai, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda (TCE-RJ, 2011). A pesquisa pode ser classificada como de natureza aplicada, com objetivo exploratório e abordagem dos dados qualitativa e será subdividida em três etapas visando facilitar a compreensão e alcançar os objetivos propostos. Etapa 1-Levantamento Bibliográfico: O procedimento técnico adotado para identificar as espécies foi o cruzamento de informações bibliográficas com base no acervo do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2018) e nas publicações literárias do autor Henry Lorenzi (2008). Para levantamento das informações ecológicas foram necessários combinar outros dados da literatura especializada. Etapa 2- Classificação: Quanto ao grupo funcional as espécies foram classificadas, em espécies de preenchimento e de diversidade. As preenchimento são aquelas que possuem boa cobertura de copa e um rápido crescimento o que proporciona o fechamento da área a ser recuperada. As espécies de diversidade são que vão substituir as espécies de preenchimento, pois possuem um crescimento mais lento e também uma boa cobertura de copa (SANTANA, 2013). Etapa 3- Levantamento dos usos econômicos: Os econômicos das espécies foram consultados em diferentes fontes (artigos científicos, levantamentos bibliográficos, livros, etc.) e foram categorizados em: agropecuária (AGP); alimentícia (AL); apícola (AP); arborização urbana (URB); arborização rural (URR); artesanato (ART); pasta de celulose (CEL); corante (COR); cosméticos (COS); fibra têxtil (FB); lenha (LEN); inseticida (INS); madeira (MAD); medicinal (MED); paisagismo (PG); pólvora (POL); recuperação de áreas degradadas (RAD); sem dados (SDD); tóxica (TOX); utensílios domésticos (UTL); obras hidráulicas (OH); construção civil (CC); construção naval (CN); bioconstrução (BIO); fibra têxtil (FB); carvão (CAR); repelente (REP); fins religiosos (REL); construção de meios de transporte (CMT); produção borracha (BOR).

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Foram identificados 138 espécies diferentes com potencial para recuperar áreas degradadas de mata ciliar por meio de SAFs, isso é porque a maior parte delas possui sementes e frutos muito apreciados pela fauna o que contribui para dispersão e facilita a interação no ecossistema, garantindo assim um ambiente equilibrado e saudável. Os usos potenciais destas espécies foram divididos em 30 categorias, onde incluem-se também a categoria “tóxica”, pois há espécies com efeito tóxico para outros organismos, como é o caso da *Enterolobium contortisiliquum* que segundo SANTANA *et al.* (2013), é tóxica para o gado. Estes usos devem ser observados, para evitar, por exemplo, danos em SAFs do tipo Agrossilvipastoris, que associam a pecuária a espécies agrícolas e arbóreas. As espécies com maiores usos econômicos identificados foram: *Xylopia sericea*; *Bixa orellana*; *Calophyllum brasiliense*; *Crateva tapia*; *Symphonia globulifera*; *Croton urucurana*; *Anadenanthera colubrina*; *Bauhinia longifolia*; *Copaifera langsdorffii*; *Cabralea canjerana*; *Guarea guidonia*.

CONCLUSÃO

Após a realização deste levantamento pode-se constatar que há no estado do Rio de Janeiro um arcabouço legal permissível a implantação de SAFs em espaços protegidos como áreas de mata ciliar. Além disso, foi possível identificar a existência de um grande potencial ecológico-econômico nas espécies arbóreas, que podem ser aplicadas em APPs, ainda que estes sejam pouco explorados na RMPS. Assim, à guisa de conclusão entende-se que a comercialização de produtos e subprodutos (não madeireiros) gerados nestas áreas pode tornar-se uma forma de incentivo para que os proprietários rurais conservem e recuperem suas APPs. Porém, é necessário que se desenvolvam na região novos estudos para quantificação e desenvolvimento de tecnologias, para exploração desses produtos, bem como a criação de políticas públicas que incentivem seus usos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Novo Código Florestal Brasileiro. Determina princípios para ocupação e uso de áreas ambientalmente protegidas.

TCE-RJ. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudo Socioeconômico dos Municípios do estado do Rio de Janeiro- Pinheiral. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://www.cedca.rj.gov.br/pdf/Pinheiral.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

LORENZI, H. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Editora Plantarum, v. 1, 5ª ed., 2008.

MACHADO, U. T. D. C.; MELO, V. A.; MORAES, L. F. D.; CARDOSO, S. R. S.; PEREIRA, T. S. Espécies indicadas para restauração ecológica no estado do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ. Rio de Janeiro, 2018.